

**COMISSÃO DE SAÚDE**

**ATA NÚMERO 15/XIII/ 1.ª SL**

Aos 27 dias do mês de janeiro de 2016, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. *Informações;*
2. *Apreciação e votação das Atas n.ºs 10, 11, 12, 13 e 14, dos dias 13, 14, 19 (2) e 20 de Janeiro;*
3. *Discussão e votação do Parecer sobre a «Conta Geral do Estado de 2014» - Autora: Deputada Isabel Galriça Neto;*
4. *Discussão e votação do Parecer relativo ao Projeto de Lei n.º 79/XIII/1ª (PCP) - sobre a «Manutenção do Hospital do Fundão sob gestão pública» - Autora: Deputada Hortense Martins;*
5. *Discussão e votação do Parecer relativo ao Projeto de Lei n.º 78/XIII/1ª (PCP) - «Reversão do Hospital Distrital de São João da Madeira para o Ministério da Saúde» - Autor: Deputado Luis Vales;*
6. *Discussão e votação do Parecer relativo ao Projeto de Lei n.º 85/XIII/1ª (PCP) - sobre a «Reversão do Hospital Conde de São Bento - Santo Tirso para o Ministério da Saúde» - Autor: Deputado Luis Vales;*
7. *Discussão do Projeto de Resolução n.º 97/XIII/1ª (PCP) que «Defende a construção do novo Hospital Central Público de Évora»;*
8. *Fixação da Redação Final relativa à PPL 2/XIII/1ª - «Estratégia nacional para a prevenção e controlo de epidemias da febre do Dengue»;*
9. *Outros assuntos.*

---

1. Informações

O Presidente deu início à reunião recordando ter sido enviado a todos os Deputados um documento sobre a regulamentação das leis, na área da saúde, para que possa ser feita uma apreciação política pela Comissão, em cumprimento de uma orientação do PAR constante da súmula da Conferência de Presidentes de 22 de dezembro de 2015. Depois de elencar as quatro iniciativas por regulamentar, total ou parcialmente, propôs o envio de um ofício ao PAR, dando conta de que a Comissão de Saúde



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 15/XIII/ 1.ª SL

analisou o ponto de situação da regulamentação das leis na sua área de competência, questionará o Ministro da Saúde sobre o que falta regulamentar na Lei n.º 52/2012, de 5 de setembro (Lei de Bases dos Cuidados Paliativos), e estará atenta à regulamentação que deverá ser produzida relativamente às três leis publicadas em julho e agosto de 2015. Esta proposta obteve a concordância da Comissão.

Informou ainda que a audiência do SICAD, para apresentação dos Relatórios relativos à situação do país em matéria de drogas e toxic dependência e em matéria de álcool, nos termos do artigo 70.º A do Decreto-Lei n.º 15/03, de 22 de janeiro, com a nova redação dada pela Lei n.º 45/96, de 3 de setembro, foi agendada para 3 de fevereiro. Foi discutido o modelo em que deveria ter lugar a audiência, havendo consenso para que se realize no auditório do edifício novo, assim se permitindo que possam estar presentes os convidados do SICAD, mas usando da palavra, para comentários e pedidos de esclarecimentos, apenas os Deputados. Informou igualmente que haverá também que agendar, durante o primeiro trimestre deste ano, a audiência da Entidade Reguladora da Saúde, que virá apresentar à Comissão o seu Plano de Atividades para 2016, nos termos do artigo 70.º dos seus Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 126/2014, de 22 de agosto.

#### 2. Apreciação e votação das Atas n.ºs 10, 11, 12, 13 e 14, dos dias 13, 14, 19 (2) e 20 de Janeiro

As atas n.ºs 10, 11, 12, 13 e 14, respetivamente dos dias 13, 14, 19 (2) e 20 de janeiro, foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

#### 3. Discussão e votação do Parecer sobre a «Conta Geral do Estado de 2014» - Autora: Deputada Isabel Galriça Neto

A Deputada Isabel Galriça Neto apresentou o seu Parecer sobre a «*Conta Geral do Estado para 2014*», referindo, nos considerandos, os vários documentos relevantes para a sua análise. Saliou os objetivos estratégicos e as medidas setoriais do orçamento da saúde de 2014, a execução de despesa nas rubricas essenciais, destacou alguns aspetos específicos dos Pareceres do Tribunal de Contas e da Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO), já que o do Conselho Económico e Social (CES) se não pronuncia relativamente à área da saúde. Eximiu-se de



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 15/XIII/ 1.ª SL

manifestar a sua opinião nesta sede e concluiu dizendo que o presente Parecer deverá ser remetido à COFMA, para os devidos efeitos legais e regimentais.

O Deputado Cristóvão Simão Ribeiro cumprimentou a Deputada pelo detalhe, cuidado e profissionalismo com que elaborou o Parecer, salientando dados bastante positivos que contrariam a retórica da nova maioria, que aligeira o trabalho que foi realizado na área da saúde, destacando a melhoria da qualidade do trabalho assistencial, do acesso aos cuidados de saúde primários, o aumento das consultas externas, das urgências e do peso da cirurgia em ambulatório. O PSD votará favoravelmente.

A Deputada Carla Cruz cumprimentou também pelo Parecer extenso e pormenorizado, mas não acompanha a posição do PSD, que negligenciou outros dados, como por exemplo os relativos à recapitalização dos hospitais e aos prazos médios de financiamento, que são referidos na página 25 do Parecer. Felicita a autora, mas não desliga o Parecer das opções políticas feitas pelo anterior Governo, pelo que o PCP se absterá na votação.

A Deputada Luisa Salgueiro salientou o rigor e profundidade do Parecer, mas não o pode dissociar da política seguida nos últimos 4 anos. Na página 4 referem-se vários objetivos estratégicos, sendo que alguns não foram alcançados, como sejam o do investimento, do médico de família para todos e do aumento da eficiência. Cada um fará a sua leitura dos dados, mas houve um aumento do peso da dívida, os ganhos não foram atingidos, com consequências do ponto de vista financeiro, e na ADSE há excedente por causa do encargo suplementar suportado pelos contribuintes, que não teve justificação. Assim, o PS, embora concorde com as conclusões do Parecer, irá abster-se na sua votação.

O Presidente cumprimentou a Deputada pela qualidade do seu Parecer e colocou os considerandos e conclusões à votação, os quais foram aprovados por maioria, com os votos a favor do PSD e do CDS-PP e a abstenção do PS, BE e PCP, registando-se a ausência do PEV.

#### 4. Discussão e votação do Parecer relativo ao Projeto de Lei n.º 79/XIII/1ª (PCP) - sobre a «Manutenção do Hospital do Fundão sob gestão pública» - Autora: Deputada Hortense Martins

A Deputada Hortense Martins apresentou o seu Parecer, abordando o objeto e motivação da iniciativa, o enquadramento constitucional e antecedentes e direito



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 15/XIII/ 1.ª SL

comparado, conforme referido na Nota Técnica. Saliou, a propósito, a qualidade da Nota Técnica. Eximiu-se de manifestar a sua opinião política nesta sede, sendo que esta iniciativa está agendada para plenário de dia 28 de janeiro, com um conjunto de outras relacionadas com a reversão da gestão de alguns hospitais para o Ministério da Saúde. Concluiu com o parecer de que a iniciativa reúne os requisitos legais, constitucionais e regimentais para ser discutida e votada em plenário.

O Deputado Miguel Santos anunciou que o PSD irá votar favoravelmente o Parecer, porque o distingue do conteúdo da iniciativa sobre a qual incide e que, amanhã, quando for discutida em plenário, terá oportunidade de dizer porque é que a iniciativa do PCP está errada. Considera o Parecer preciso, destacando a parte do direito comparado, sobre Espanha, que lhe parece interessante, podendo ser útil verificar como decorreu a experiência espanhola.

A Deputada Carla Cruz cumprimentou a Deputada, destacando que esta iniciativa surge porque o PCP entende que a aplicação do Decreto-Lei n.º 138/2013, que define as formas de articulação do Ministério da Saúde com as instituições particulares de solidariedade social, não serve os interesses das populações nem do SNS.

A Deputada Hortense Martins agradeceu as palavras, acentuando que o Parecer dá cumprimento aos requisitos formais, mas que, na substância, concorda com a Deputada Carla Cruz, pois o Hospital do Fundão já nem existe, só o Centro Hospitalar da Cova da Beira. O que está em causa significaria o desmantelamento deste Centro Hospitalar, contra a opinião da população e dos autarcas. O PS tem uma visão sobre o papel das Misericórdias, mas neste caso não concorda com esta passagem, pois o que é mesmo relevante é prestar melhor serviço às populações.

O Presidente cumprimentou a Deputada pelo Parecer, e colocou os considerandos e conclusões à votação, os quais foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

5. Discussão e votação do Parecer relativo ao Projeto de Lei n.º 78/XIII/1ª (PCP) - «Reversão do Hospital Distrital de São João da Madeira para o Ministério da Saúde» - Autor: Deputado Luis Vales

O Parecer relativo ao Projeto de Lei n.º 78/XIII/1.ª, do PCP, sobre a «Reversão do Hospital de S. João da Madeira para o Ministério da Saúde» foi apresentado pelo Deputado Luís Vales. O Deputado mencionou o objeto, conteúdo e motivação da



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 15/XIII/ 1.ª SL

iniciativa, remetendo o respetivo enquadramento legal e antecedentes para a Nota Técnica e reservando a sua opinião para outra sede. Concluiu dizendo que esta iniciativa reúne os requisitos constitucionais e regimentais para ser discutida em plenário.

O Deputado Luís Graça referiu que a discussão formal da iniciativa será feita amanhã, mas está de certa maneira prejudicada, pois o Governo já tomou uma decisão sobre esta questão, cancelando a passagem deste Hospital para as Misericórdias.

A Deputada Carla Cruz salientou que o PCP, por várias vezes, havia solicitado ao anterior Governo o estudo que fundamentava a transferência, mas nunca foi dado. Em alguns destes processos não foram acautelados os interesses dos trabalhadores e com esta iniciativa pretende-se salvaguardar o SNS e a prestação de cuidados de saúde.

O Deputado Moisés Ferreira entende que as iniciativas do PCP não perdem atualidade por ter sido anulado o acordo de transferência, por parte do Governo, pois, por exemplo neste caso, este processo de transferência teve impactos graves no hospital, deslocalizando-se uma valência. Este projeto de lei reitera assim a necessidade de não se entregar o hospital à Misericórdia, havendo ainda que reforçar as suas condições de funcionamento.

O Presidente cumprimentou o Deputado pela qualidade do Parecer e colocou os considerandos e conclusões à votação, os quais foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

#### 6. Discussão e votação do Parecer relativo ao Projeto de Lei n.º 85/XIII/1ª (PCP) - sobre a «Reversão do Hospital Conde de São Bento - Santo Tirso para o Ministério da Saúde» - Autor: Deputado Luis Vales

O Parecer relativo ao Projeto de Lei n.º 85/XIII/1.ª, também do PCP, sobre a «Reversão do Hospital Conde de São Bento – Santo Tirso para o Ministério da Saúde», foi igualmente apresentado pelo Deputado Luís Vales, que referiu que a iniciativa assentava nos mesmos pressupostos da anterior. Fez menção ao seu objeto, conteúdo e motivação, remetendo para a Nota Técnica no tocante ao enquadramento legal, constitucional e antecedentes e não manifestando a sua opinião nesta sede. Concluiu entendendo que a iniciativa reúne os requisitos constitucionais e regimentais para ser discutida em plenário.



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 15/XIII/ 1.ª SL

A Deputada Luisa Salgueiro cumprimentou o Deputado autor do Parecer, disse que sobre este ponto já foi tomada decisão política pelo Governo, acompanhando a iniciativa em causa. Chamou a atenção para uma questão regimental que se prende com o agendamento para amanhã, dia 28 de janeiro, de um conjunto de onze iniciativas da área da saúde e uma petição (*4 projetos de lei, entre os quais este que está em discussão, 7 projetos de resolução e uma petição*), tudo para discussão numa grelha de 3 minutos por Grupo Parlamentar. Considera que o tempo fixado é insuficiente para se fazer a discussão de tantas iniciativas e apelou ao Presidente para que levasse esta questão à Conferência de Presidentes.

O Presidente disse que é manifestamente pouco o tempo que foi fixado para discutir estas iniciativas, informando que levará a questão à próxima Conferência de Presidentes.

A Deputada Isabel Galriça Neto cumprimentou o autor do Parecer e recordou que o Estado é o pagador e zelador das condições em que os parceiros prestam cuidados de saúde. Não tem preconceito relativamente a quem os pode prestar, considerando que o Estado é que os deve escolher e fiscalizar, para que não haja prejuízo para a população.

A Deputada Carla Cruz referiu que só depois de ter sido tornado pública a possibilidade de devolução às Misericórdias é que houve perturbação neste hospital, tendo saído médicos e enfermeiros.

O Deputado Moisés Ferreira acrescentou que também não tem preconceitos, e que houve desinvestimento neste hospital.

O Presidente cumprimentou o Deputado pelo Parecer e colocou os considerandos e conclusões à votação, os quais foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

#### 7. Discussão do Projeto de Resolução n.º 97/XIII/1ª (PCP) - «Defende a construção do novo hospital central público de Évora»

Este ponto da ordem do dia foi adiado para a próxima reunião.

#### 8. Fixação da Redação Final relativa à PPL 2/XIII/1ª - «Estratégia nacional para a prevenção e controlo de epidemias da febre do Dengue»



## **COMISSÃO DE SAÚDE**

### **ATA NÚMERO 15/XIII/ 1.ª SL**

O Presidente colocou à consideração dos Deputados as sugestões de redação final enviadas pela DAPLEN, tendo a Deputada Sara Madruga da Costa manifestado a opinião de que as alterações propostas estão de acordo com as regras de legística.

O Deputado Luís Vilhena assinalou que considera importante que se tenha alargado o âmbito deste diploma, falando-se agora em vetores, e não somente em dengue, pois a epidemia provocada pelo vírus *Zika*, que está em curso em muitos países, veio dar razão a esta decisão.

Não havendo assim oposição por parte de nenhum Grupo Parlamentar, a redação final fica fixada, e será enviada ao PAR, nos termos e para os efeitos do artigo 156.º do RAR.

A reunião foi encerrada às 11:20 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 27 janeiro 2016.

**O PRESIDENTE**

**(JOSÉ DE MATOS ROSA)**



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 15/XIII/ 1.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra  
António Sales  
Carla Cruz  
Cristóvão Simão Ribeiro  
Domingos Pereira  
Eurídice Pereira  
Fátima Ramos  
Helena Freitas  
Isabel Galriça Neto  
Isaura Pedro  
Jorge Falcato Simões  
José António Silva  
José de Matos Rosa  
Luís Graça  
Luís Soares  
Luís Vales  
Luísa Salgueiro  
Maria Antónia de Almeida Santos  
Marisabel Moutela  
Miguel Santos  
Moisés Ferreira  
Francisco Rocha  
João Ramos  
José Silvano  
Laura Monteiro Magalhães  
Luís Vilhena  
Sara Madruga da Costa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Odete Silva  
Teresa Caeiro

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar o seguinte Senhor Deputado:

José Luís Ferreira